

A PAISAGEM COMO FONTE HISTÓRICA

DAVID FERREIRA Doutorando em História da Arte, técnico superior da Direção Regional de Cultura do Norte. dferreira33@gmail.com

PAULO DORDIO Coordenador geral do Plano de Salvaguarda do Património (PSP) da empreitada geral de construção do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor (EDP, Eletricidade de Portugal/Consórcio Construtor ODEBRECHT/Bento Pedroso Construções, S.A. e LENA Construções), investigador do CITCEM, doutorando na Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura. pdordio@gmail.com

ALEXANDRA CERVEIRA LIMA Mestre em Arqueologia, exerce funções no ICNF/ Parque Natural do Douro Internacional. acerveiraplima@sapo.pt

RESUMO A necessidade de ter em consideração a envolvente dos monumentos para a sua correta salvaguarda e o entendimento do território enquanto realidade cultural está presente nos discursos científicos e nos textos doutrinários há muito tempo. Apesar disso, no planeamento e gestão do território, e particularmente nos processos de avaliação de impacto ambiental (AIA), esta perspetiva encontra resistências e dificuldades de concretização. Importa pois discutir a constatação de uma discrepância entre a teoria do património e a prática concreta de gestão e salvaguarda no âmbito de AIA.

Esta discussão abraça necessariamente o debate sobre o conceito de paisagem, bem como a reflexão sobre o valor patrimonial da paisagem, ao mesmo tempo que obriga à consideração não só dos *elementos patrimoniais* na paisagem mas das conexões entre estes *elementos patrimoniais* conducentes à configuração de um objeto de estudo totalizante e integrador.

A atenção dirige-se, na maioria das situações, para a paisagem rural dita *tradicional*, que se estende entre o século XI e as décadas de 1950-1960. No decurso desse longo período de tempo, o último milénio, são inúmeras as transformações ocorridas, mas identifica-se uma coerência cujo processo de afirmação, amadurecimento e desestruturação é possível seguir.

O interesse desta discussão é acentuadamente prático: importa acercarmo-nos do *valor patrimonial* da paisagem, das *afetações* e concomitantes e adequadas *medidas de minimização*. Importa identificar parâmetros úteis para os estudos de impacto ambiental e patrimonial e construir eficazes instrumentos de ordenamento e gestão do território. Precisamos de saber como atuar hoje sobre a paisagem e repensar o papel da Arqueologia e do *descritor património* nesta abordagem.

PALAVRAS-CHAVE Valor patrimonial da paisagem, último milénio, estudo de impacto ambiental e patrimonial, descritor património

I. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO: CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA

1. A EXPANSÃO DO PATRIMÓNIO — ATÉ À PAISAGEM CULTURAL

Ao longo do século XX assistimos a um fenómeno de «expansão do património», caracterizado por um alargamento das tipologias e escala dos objetos passíveis de inserção no conceito património cultural. Trata-se de uma tendência fácil de seguir a partir da análise da produção doutrinária internacional, convenções, cartas e recomendações. Assim, durante as últimas décadas, aos monumentos históricos clássicos foram-se somando a arquitetura industrial e moderna, os jardins, a arquitetura vernacular, as obras de engenharia, cercas e coutos monásticos, centros históricos, campos de

batalha, sítios arqueológicos cada vez mais extensos, paisagens culturais¹.

Em 1995 o Conselho da Europa produz a «Recomendação Relativa à Conservação das Paisagens Culturais Integrada nas Políticas de Paisagem», prelúdio da «Convenção Europeia da Paisagem» de 2000, que passará a constituir o documento de referência: *Cada parte se compromete a reconhecer juridicamente a paisagem como componente essencial do quadro de vida das*

1. Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos (UNESCO, 1976); Carta de Florença para a Salvaguarda dos Jardins Históricos (ICOMOS, 1981); Resolução 813 Relativa à Arquitetura Contemporânea (Conselho da Europa, 1983); Recomendação Relativa à Proteção e Valorização do Património Arquitetónico Rural (Conselho da Europa, 1989); Recomendação Relativa à Proteção e Conservação do Património Técnico, Industrial e das Obras de Arte na Europa (Conselho da Europa, 1990); Carta do Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999).

populações, expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e fundamento da sua identidade. Este avanço do conhecimento vai no sentido de reconhecer o território – todo o território – como um documento histórico e, neste sentido, como um *objeto* passível de patrimonialização. Por isso, este entendimento do *território-património* reforça a ideia que a salvaguarda e gestão do património se joga hoje muito particularmente no âmbito das políticas de ordenamento.

1.1 Enquadramento

Esta tendência encontra raízes no *sentimento de perda* e no avanço do *conhecimento*, as duas forças motrizes dos fenómenos de patrimonialização. O primeiro agudizou-se na Época Moderna, ao mesmo tempo que aumentaram a intensidade e rapidez das intervenções no território. A vontade de proteger o património acompanhou este ritmo num efeito de ação – reação, que contrapõe o paradigma da conservação ao paradigma da mudança como um valor em si, entendida como evolução.

Paralelamente, os avanços no conhecimento científico mostraram-nos a realidade como um sistema complexo, regido por numerosas interdependências e relações. Pelo lado da História, o espaço, o território, foi sendo entendido não só como um objeto de estudo importante, mas de forma tendencialmente holística. A importância crescente de uma visão global e diacrónica do território, enquanto espaço cultural, alicerça e legitima cientificamente a definição de escalas patrimoniais mais amplas.

O alargamento da escala do património constituiu uma tendência global, mas para termos uma visão clara deste fenómeno importa ter presente que existem diferentes abordagens, surgidas a partir dos contributos das várias disciplinas envolvidas que impulsionaram, por sua vez, diferentes formalizações e mecanismos de proteção.

A visão cruzada da experiência dos *Annales* e da Nova História, da metodologia iconológica na História da Arte, dos intercâmbios da Arqueologia com a Geografia, a Geologia e a Paleontologia, mas também da Arquitetura Paisagista, que sintetiza lições da Agronomia, da Biologia e sobretudo da Ecologia, oferece-nos este quadro abrangente, que terá reflexo nos processos de construção do património.

Interessa notar que este fenómeno de expansão patrimonial encontra um paralelo no campo do ambiente. O *sentimento de perda* e o *avanço do conhecimento* estão também na base dos movimentos ambientalistas. Não vamos aqui traçar o seu percurso, mas com mais ou menos variantes, é igualmente no seio das socie-

dades modernas industriais, durante o século XIX e com forte sustentação nos avanços científicos, que o ambientalismo e a conservação da Natureza ganham protagonismo social, influência política e concretização jurídica, tal como o património cultural.

1.2 Proteção institucional — da envolvente à paisagem cultural

Do ponto de vista institucional e legal, a valorização da envolvente dos monumentos é tão antiga como os próprios instrumentos de proteção do património, porque o caráter espacial da arquitetura torna incontornável a sua relação com o contexto e, portanto, a necessidade de o ter em consideração no exercício de salvaguarda.

No ponto III da «Carta de Atenas» (1931), um dos primeiros documentos internacionais a tratar da valorização dos monumentos, pode-se ler: *A Conferência recomenda o respeito, na construção de edifícios, do caráter e da fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. Mesmo certos conjuntos, certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser respeitadas. (...) a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda a indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés na vizinhança de monumentos artísticos ou históricos.*

Os textos doutrinários e a legislação nacional têm consagrado nas últimas décadas este entendimento, que é hoje consensual, e se materializa nas zonas de proteção e zonas especiais de proteção dos monumentos. Estas zonas de proteção são naturalmente parcelas do território que assumem aqui «apenas» a forma de enquadramento, uma entidade cénica, subordinada ao monumento principal, ao objeto com valor patrimonial que se pretende proteger.

A segunda etapa é aquela que nos remete para um território com valor patrimonial intrínseco. Esta etapa encontra uma das primeiras expressões institucionais em 1962 com a «Recomendação Relativa à Proteção da Beleza e do Caráter da Paisagem e Sítios», produzida na Conferência Geral da ONU para a Educação, Ciência e Cultura: *A proteção não se há de limitar aos lugares e paisagens naturais, mas também aos lugares e paisagens cuja formação se deve total ou parcialmente à mão do homem. Assim, convém criar disposições especiais para a proteção de certos lugares e paisagens, tais como lugares ou paisagens urbanos, que são em geral os mais ameaçados, sobretudo por obras de construção e especulação de terrenos. Convém estabelecer uma proteção especial na proximidade dos monumentos.*

O ano de 1972 constitui uma referência importante pela adoção da «Convenção do Património Mundial



Graben, castelo e vila medieval de Longroiva. Meda.

Cultural e Natural» que no artigo 1.º introduz, ao lado dos «monumentos» e «conjuntos», a categoria «locais de interesse»: *Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.*

Em 1985 a «Convenção Para a Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu» (Convenção de Granada), que influenciou muita da legislação nacional europeia, adota as categorias de «conjunto» e «sítio», estas entendidas como *obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para permitirem uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.*

Paralelamente, no início dos anos 80, o Comité do Património Mundial começa a discutir especificamente as paisagens culturais no âmbito dos critérios de identificação e gestão das paisagens rurais e dos sítios (Fowler, 2003, p. 66). Esta discussão culmina em 1992 com a adoção de novos critérios de identificação e avaliação para a integração de bens na Lista do Património Mundial, que passam a contemplar esta nova tipologia de bem cultural, dividida em três categorias:

- Paisagens desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem;

- Paisagens organicamente evolutivas, subdivididas em paisagens fósseis e paisagens vivas;
- Paisagens culturais associativas.

Em 1995 são inscritas na Lista do Património Mundial as duas primeiras paisagens culturais: os *Terraços de Arroz das Cordilleras Filipinas* e a *Paisagem Cultural de Sintra*.

Confrontada com as novas zonas de fronteira e com a evolução dos conceitos, a UNESCO continuou a sistematizar categorias específicas para áreas alargadas e prevê agora o «Património Misto Cultural e Natural», que coexiste com as «Paisagens Culturais», «Cidades e Centros Históricos», «Canais do Património» e «Rotas do Património» (UNESCO, 2008), numa profusão de nomenclaturas e subdivisões que ilustra bem o fenómeno de expansão patrimonial e a crescente complexidade do tema.

Ao mesmo tempo – mas com mútuas influências – observamos um outro movimento, já não específico da área do património, mais comprometido com o ambiente e o ordenamento do território e muito impulsionado pela Arquitetura Paisagista, que assume a paisagem de maneira holística (na linha da *paisagem global* de Ribeiro Telles) e reconhece a sua componente cultural.

Em 1995 o Conselho da Europa produz a «Recomendação Relativa à Conservação das Paisagens Culturais Integrada nas Políticas de Paisagem», prelúdio da «Convenção Europeia da Paisagem» de 2000, que passará a constituir o documento de referência: *Cada parte se compromete a reconhecer juridicamente a paisagem como componente essencial do quadro de vida das popu-*

lações, expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e fundamento da sua identidade². A paisagem que é considerada na recente Convenção Europeia é, no essencial, uma paisagem cultural, absolutamente dominante no espaço europeu, expressão dos diversos fatores naturais existentes, mas, também, de uma muito antiga ação humana sobre esses fatores. A paisagem natural seria aquela em que a articulação dos diversos fatores naturais ao longo do tempo não fosse (ou o fosse apenas ligeiramente) afetada pelas comunidades humanas, o que só acontece pontualmente na Europa. Em geral de forma direta, mas também indireta, praticamente todas as paisagens de hoje registam, em maior ou menor grau, a intervenção humana (DGOTDU, 2004, p. 29).

1.2.1 Proteção institucional – as formas legais em Portugal

Ao nível do ordenamento jurídico português o reconhecimento de áreas alargadas com valor patrimonial traduz-se na classificação das categorias «conjunto» e «sítio», nos termos do artigo 15.º da Lei 107/2001, que continua a adotar, como já tinha feito a Lei 13/85, as categorias da Convenção de Granada.

A classificação é o instrumento por excelência de reconhecimento formal de património com elevado

valor cultural, através da constituição de servidões administrativas. Ela é, no entanto, complementada por outras figuras – instrumentos de gestão do território – que também permitem delimitar áreas territoriais com valor patrimonial e fazer incidir sobre elas regras de planeamento e ordenamento. Estas figuras podem ou não estar associadas a uma classificação do património cultural.

As mais importantes são:

- «Parques arqueológicos», regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 131/2002.

*Entende-se por «parque arqueológico» qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.*³

- «Paisagens protegidas», regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 19/93.

Entende-se por paisagem protegida uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmo-

2. Conselho da Europa, *Convenção Europeia da Paisagem*, alínea a) do art. 5.º, Florença, 2000.

3. Artigo 2.º do Decreto-Lei 131/2002 de 11 de maio.



O despovoado medieval de Alva, sobre o Douro, e a crista quartzítica do Penedo Durão, Freixo de Espada à Cinta.

niosa do homem e da Natureza, que evidencia grande valor estético ou natural⁴.

• Classes, categorias e zonamentos, previstos nos planos diretores municipais, que identificam valores patrimoniais. Podem assumir muitas nomenclaturas diferentes: áreas históricas, zonas arqueológicas, áreas culturais, espaços culturais, áreas de proteção a valores do património cultural, áreas de proteção paisagística, zonas urbanas a preservar, etc.

Embora não estejam obrigatoriamente associadas a uma classificação e tenham um carácter eminentemente operativo, estas figuras partem do reconhecimento de um valor patrimonial presente no território e traduzem, também, um fenómeno de alargamento.

1.3 O avanço do conhecimento e a expansão do património

Como já referimos, a expansão do património muito deve aos avanços no conhecimento. No caso das áreas urbanas, o alargamento do património – traduzido no reconhecimento da «cidade antiga» enquanto monumento – é suportado pelo desenvolvimento da História da Arquitetura e do Urbanismo e, mais tarde, da Arqueologia urbana. Os protagonistas mais importantes da primeira fase são arquitetos, com destaque para Camilo Sitte (que cria a morfologia urbana) e Gustavo Giovannoni, que faz a síntese entre o conceito de «cidade museu» e o valor de utilização. (...) *Giovannoni está consciente do facto de que para conservar a sua identidade, continuando a evoluir de acordo com o progresso técnico, as culturas e as sociedades da Europa Ocidental deverão manter vivo o lugar que as prende aos seus passados respetivos. Este é o papel que atribui à cidade antiga. Ela deixa de ser concebida como uma soma de monumentos, considerada na sua globalidade, ou seja, na relação semântica irredutível dos seus edifícios «maiores» e do tecido dos seus edifícios «menores», que se dão sentido reciprocamente, ela ganha valor de monumento memorial* (Choay, 2011, p. 194).

No caso das áreas não urbanas, onde sobretudo se movimenta o conceito de «paisagem cultural», o estudo do território conheceu avanços particularmente profícuos pela interação cada vez mais profunda da História com outras áreas do conhecimento, com destaque para a Geografia. Assim, a partir do contributo pioneiro do geógrafo prussiano August Meitzen (Meitzen, 1895), desenvolve-se toda uma historiografia centrada na relação do homem com o território. No mundo anglo-saxónico, podemos citar os trabalhos de Osbert Crawford, William Hoskins, Maurice Beresford,

John Bradford, E. Fowler, Jonh Ward-Perkins, Claudio Vita-Finzi e J. M. Wagstaff.

This is the foundation of landscape archaeology, a study technique whose foundations are found in field archaeology (Crawford, 1953; Bradford, 1957; Phillips et al., 1963; E. Fowler, 1972), but which as been developed and expanded by historians (notably W.G. Hoskins and M. W. Beresford), and geographers (Harry Thorpe, C.C. Taylor, M. Aston, C.J. Bond and T. Rowler) (...) While the ultimate roots of all this work undoubtedly lie in Meitzen's great study of 1895, there is no doubt that in Britain W.G. Hoskins and Maurice Beresford (the latter working in close collaboration with J.K. St Joseph and John Hurst), have had the most profound impact upon the practical study of landscape evolution. Thus Hoskin's «Making of the English Landscape» (1955) and Beresford and St Joseph's «Medieval England: An Aerial Survey» (1979) can now be seen as seminal, stimulating work by many scholars (Roberts, 1987, p. 78-79).

Em França encontramos o outro pólo de desenvolvimento desta historiografia. Aqui é fundamental o contributo dos *Annales* com uma abertura pluridisciplinar inovadora e sobretudo com uma perspetiva abrangente do campo de ação de uma Nova História⁵, que vai lançar as sementes para a grande explosão da arqueologia da paisagem nos anos 70.

Assim, quando na companhia de March Bloch ou de Roger Dion, estudávamos a história da estrutura agrária da França (open field, afolheamento trienal...), uma paisagem contemplada de avião ou analisada com mapa de grande escala é um documento histórico, na medida em que sabemos ver nela uma coisa diferente dos simples efeitos das leis naturais (geologia, pedologia, climatologia, botânica...) e reconhecer a intervenção do homem. Foi o que permitiu a L. Febvre escrever. «A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho do historiador lhe pode permitir utilizar... Portanto com palavras. Com sinais. Com paisagens e com telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses da Lua e cabrestos de tiro. Exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal pelos químicos.

Numa palavra, tudo o que, na herança subsistente do passado pode ser interpretado como um indício revelando qualquer coisa da presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora, entrará na nossa definição» (Marrou, 1975, p. 61 e 62).

É o mesmo espírito que encontramos nos trabalhos de Orlando Ribeiro, Carlos Alberto Ferreira de Almeida ou Ilídio Araújo.

4. N.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 191/93 de 23 de janeiro.

5. March Bloch, Lucien Febvre, Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Duby, Jean-Marie Pesez, etc..

2. DISCREPÂNCIA — O CASO DA AIA

Se é muito visível a crescente convergência concetual entre a «paisagem cultural» da UNESCO e a «paisagem», também ela cultural, da Convenção Europeia da Paisagem, a análise dos processos de AIA demonstra uma visão muito redutora do património cultural, que colide com os conceitos da doutrina internacional. Verifica-se, desde logo, que na esmagadora maioria dos estudos os impactes na envolvente dos imóveis não são simplesmente considerados, ou são muito desvalorizados. Isto é, quando o projeto não comporta impactes físicos diretos a tendência é afirmar a inexistência de impactes ou subvalorizá-los. É surpreendente verificar que, enquanto nos processos de licenciamento de obras particulares o IGESPAR / DRC's se pronunciam sistematicamente sobre as alterações na envolvente, no processo de AIA, onde esses impactes são potencialmente muito gravosos, há uma frequente omissão desse aspeto.

De uma maneira geral o património considerado nos EIA resume-se aos imóveis (peças) individuais identificados e quase nunca há o esforço de relacionar esses imóveis entre si e muito menos com o território. Este entendimento do património manifesta-se em todas as fases do procedimento, desde a caracterização às medidas de compensação.

Interessa-nos mais constatar e sublinhar esta discrepância e os efeitos negativos que ela tem para a salvaguarda do património cultural, do que abordar as suas causas, exercício que obrigaria a uma reflexão necessariamente longa. A paisagem, enquanto resultado da interação de factores naturais e humanos, é um factor transversal que interessa a todas as perspetivas. Embora nos processos de AIA seja um «descriptor» autónomo, tratado pelas CCDR's, pela APA, e, mais recentemente, pelo Instituto Superior de Agronomia, a paisagem é também um objecto nuclear para o património. O que se exige é apenas a transposição do enquadramento teórico para a prática dos procedimentos e, portanto, que as entidades que tutelam o património integrem a paisagem na sua avaliação.

II. ADEQUAÇÃO DA PRÁTICA AO ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O PLANO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO BAIXO SABOR (PSP DO AHBS)

No decurso da fase de obra da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, iniciada em 2008, foi elaborado em maio de

2009 pela Tutela (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, I.P., e Direção Regional de Cultura do Norte, DRC-N) em colaboração com o Dono de Obra (Eletricidade de Portugal, EDP) um documento intitulado Plano de Salvaguarda do Património (PSP) como «documento orientador e aglutinador de todos os trabalhos a realizar nas diversas vertentes e distintas cronologias».

Segundo o PSP, de forma a *mitigar os impactes (...) sobre o Património e a obter registos exaustivos para memória futura (...) deverão pôr-se em prática medidas de minimização de carácter geral e específico, a efetivar no âmbito de estudos próprios, os quais se debruçarão sobre áreas e categorias distintas. Desta forma serão realizados:*

- *Acompanhamento arqueológico especializado;*
- *Levantamento da arte rupestre localizada na área de afetação do empreendimento;*
- *Estudo sobre a pré-História no Vale do Sabor;*
- *Estudo sobre a romanização no Vale do Sabor;*
- *Estudo etno-arqueológico de Cilhades;*
- *Estudo sobre os elementos edificados e construídos de carácter arquitetónico e etnográfico no Vale do Sabor;*
- *Monitorização do património, através de um programa aplicável quer na fase de construção, quer na fase de exploração do empreendimento;*
- *Trasladação de imóveis de valor arquitetónico;*
- *Preservação in situ de imóveis de valor arquitetónico;*
- *Preservação in situ de maciços rochosos com arte rupestre;*
- *Proteção dos valores patrimoniais, através de um plano, aplicável a todos os imóveis que, pela sua localização, possam ser afetados pela execução das estruturas conexas ao AHBS, mediante a colocação de vedações e sinalização apropriadas;*
- *Formação e sensibilização dos trabalhadores.*

Era entendimento do mesmo documento que o âmbito do «património cultural integra não somente o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural pertinente, como também os respetivos contextos que, pelo seu valor testemunhal, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa».

Determina o referido documento que «os estudos a realizar, articulando as variadas fontes existentes, deverão espelhar uma análise diacrónica e sincrónica das realidades cronoculturais identificadas, permitindo avaliar a persistência do modelo de organização do espaço (...) abordando a estrutura do povoamento como fenómeno de longa duração. (...) A realização de diversos estudos especializados sobre o património do Vale do Sabor deverá procurar garantir as condições para a reconstituição narrativa e gráfica desta realidade territorial na sua vertente histórico-patrimonial. Por isso far-se-á um registo integrado (relacionado) quer do ponto de vista espacial, quer temporal de todos os ele-



Quinta da Granja —topónimo que decorre da granja medieval do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar — e o monte Calábria em fundo.

mentos patrimoniais (...) evitando uma abordagem atomizada, casuística e descontextualizada dos elementos patrimoniais existentes».

A preocupação de se passar para um nível de interpretação global fica claramente expressa neste documento orientador e traduz-se na procura da transposição para a prática do enquadramento teórico de que vínhamos falando. Estamos perante o esforço de interpretar a evolução da ocupação humana do território, desde a pré-História à Época Contemporânea, percebendo a forma como se constituiu a paisagem atual. Poderemos dizer que as principais novidades passam pelo objeto de estudo assumir toda a diacronia e por se exigir um registo não descritivo, mas interpretado, e isto em cada momento histórico, percebendo também a forma como se evoluiu de um momento histórico para outro. Fica postulada uma aproximação multidisciplinar à ocupação do último milénio, numa abordagem da mesma natureza da que é feita à ocupação humana datável das cronologias anteriores. Desaparece a consideração de elementos arqueológicos, arquitetónicos ou etnográficos individualmente considerados, e encaram-se todos os elementos da sociedade dita *tradicional* como partes de um todo histórico-arqueológico que importa interpretar. No final procura-se, da Pré-História ao último milénio, isolar momentos históricos coerentes correspondendo a determinados usos do território e modos de vida que se procura esclarecer.

2. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSP

Estabelecendo o PSP uma estratégia de abordagem em que todos os estudos parcelares e ações a realizar deverão ser perspetivados de modo articulado e integrador, com o objetivo último de estudar na longa duração a construção de uma paisagem, a do Baixo Sabor, considerou-se essencial identificar conceitos operativos⁶ fundamentais para a concretização daquele objetivo.

2.1 Delimitação do objeto do estudo

Dentro dos diversos estudos específicos, debruçar-nos-emos sobre aquele que tem vindo a ser considerado

6. Queremos aqui referir-nos a instrumentos operativos conceptuais e não a instrumentos operativos materiais. Em relação a estes últimos, é cada vez mais evidente em projetos desta natureza a necessidade de um Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS), único instrumento capaz de apoiar a eficaz gestão e controlo do volume de informação georreferenciada gerado. Na verdade, não é apenas o volume de produção da informação georreferenciada que adquire rapidamente proporções gigantescas. É o volume de produção de informação procedente das mais diversas fontes de informação (registos arqueológicos, inquéritos antropológicos, levantamentos gráficos e arquitetónicos, registos de fontes arquivísticas, ...) e suportes (texto, imagem, vídeo, áudio) que atinge uma dimensão difícil de gerir e controlar, bem como de articular entre si, de modo a alcançar os objetivos propostos. Paralelamente, há que equacionar o modo como toda a informação e conhecimento produzidos deverão ser devidamente organizados e preservados para futuro num Sistema de Base de Dados devidamente integrado com o Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS) capaz de gerir, controlar e preservar a informação e conhecimento produzidos.

de forma diversa noutras intervenções, designado no PSP «estudo sobre os elementos edificados e construídos de carácter arquitetónico e etnográfico no Vale do Sabor».

Foi entendimento da coordenação da equipa em campo, em articulação com a tutela, que o objeto de estudo proposto em PSP se centra sobre o que designaremos *paisagem tradicional* entendida como o momento de organização da paisagem imediatamente anterior às profundas ruturas que no prazo de apenas meio século, entre 1950 e 2000, fariam reduzir o peso da população rural portuguesa de valores superiores a 50% para valores inferiores a 5%. Perspetivada na longa duração, a *paisagem tradicional* preenche o período que se estende entre a Idade Média Plena (século XI) e o auge da ocupação demográfica do espaço rural que acontece entre as décadas de 1940 e e 1960.

2.2 A dimensão integrada de conjunto

É central a importância que assume neste processo a perspetiva que o PSP designa «dimensão integrada de conjunto», bem como a necessidade de integração dos elementos patrimoniais individualizados (EP) em «processos», «técnicas», «vivências», «práticas» ou «expressões» de nível superior. Verifique-se a especificação extraída do PSP, 4.7. *Estudo sobre elementos edi-*

*ficados e construídos de carácter etnográfico no Vale do Sabor: os levantamentos patrimoniais realizados no vale do Sabor durante o EIA e o RECAPE do empreendimento identificaram um número elevado de estruturas que se relacionam com a ocupação do território durante a Época Moderna e Contemporânea (...). Estes elementos patrimoniais contemplam habitações, estruturas da arquitetura de produção, caminhos, muros de propriedade, obras de contenção de terras e modelação do solo, obras de aproveitamento do rio e manifestações de religiosidade popular. Ainda que alguns destes elementos apresentem um valor próprio pela sua tipologia, expressão arquitetónica ou artística, singularidade ou carácter simbólico e social, a maioria deles só ganha expressão quando **integrada** no conjunto de testemunhos dos processos de assentamento, das técnicas construtivas, da vivência social, da prática económica ou da expressão simbólica das comunidades que ocuparam o vale do Sabor.*

*Neste sentido entende-se que é essa **dimensão integrada de conjunto**, no que diz respeito à integração histórica strito senso e formal (formas que tal património assumiu na dinâmica da ocupação histórica) que deve ser objeto deste estudo. De modo simplificado, diremos que o registo das manifestações da arquitetura tradicional e de todas as atividades desenvolvidas no vale do Sabor em época que cremos ser moderna e contemporânea, tem como principal objetivo um estudo que personificará*

João Romba



Puente de los Franceses, San Felices de los Gallegos.

a sua salvaguarda na memória futura. As visões de conjunto caminham a par com este registo”.

Para a execução dos objetivos propostos em PSP entendeu-se que a operacionalização no registo e no estudo da *dimensão integrada de conjunto* deveria assentar na consideração do **cadastro** como enformador das unidades funcionais (os *prédios* agrícolas) através das quais é possível integrar diversos elementos patrimoniais individuais (EP) que passam deste modo a relacionar-se no interior de uma *unidade de paisagem*. A integração é assim operacionalizada não apenas na extensão ou espaço, como igualmente no tempo e na História. Na verdade, cada uma daquelas *unidades de paisagem*:

- é uma **propriedade**, quer dizer uma extensão sobre a qual se exercem direitos associados a determinados indivíduos ou famílias; os quais foram, ao longo do tempo e das sucessivas gerações, objeto de herança ou alienação;
- é uma unidade de **exploração agrícola**, quer dizer um conjunto de recursos organizados de acordo com as tecnologias disponíveis de forma a garantir subsistência e rendimento que sofreram ao longo do tempo processos de maior ou menor intensificação ou de abandono;
- é uma **memória**, quer dizer um lugar identificável pela comunidade por nome próprio (micro-topónimo) no qual se acumulam e ao qual se associam vivências e expressões que fazem parte da memória e da História da mesma comunidade.

O passo seguinte neste processo de estudo da paisagem que visa *uma compreensão global da ocupação deste território pelas gentes da época moderna e contemporânea*, é o de uma integração de nível sucessivamente superior das *unidades de paisagem* de forma a dar conta do tecido contínuo e dinâmico que a paisagem do Vale do Sabor constitui.

A metodologia de descrição e interpretação integradora considera assim, sucessivamente, o Elemento Patrimonial Edificado (a casa, a eira, o tanque, um conjunto de muros e de socalcos, ...), o Cadastro como enformador das unidades funcionais (os prédios agrícolas mas também os espaços públicos ou comuns como os

caminhos ou as pontes e vaus), obrigando-se a prosseguir a perspectiva integradora com a consideração subsequente do Termo ou território da Comunidade (os espaços mais amplos polarizados nos Lugares, as Aldeias e as Freguesias).

III. CONCLUSÃO

O caso dos trabalhos em curso no Baixo Sabor, na esteira do Plano de Salvaguarda do Património que foi elaborado, constituem um exemplo da adequação, até agora rara, entre a teoria do património e a prática de gestão e salvaguarda.

A abordagem patrimonial, atenta à longa duração — da Pré-História Antiga ao último milénio (1001 d.C. — 2000 d.C.) —, integra a análise da globalidade da ocupação humana no território afetado, atenta à paisagem enquanto fonte histórica e arqueológica.

Importa sublinhar que esta procura de integração passa por considerar, ao longo das várias fases de estudo, cada elemento, cada unidade, no seu contexto. Quando encaramos a paisagem nesta perspetiva, tal como ocorre numa escavação arqueológica, o objeto em si, o negativo de um gesto, um mero indício, pode não ter leitura, muito menos significado patrimonial. É na sua relação com o contexto que o significado, e até o valor patrimonial, emergem. Daqui decorre que é necessário encarar a vereda, o portão, a levada, o pequeno tanque, o murete de suporte, com o cuidado e a meticulosidade com que o investigador encara o registo arqueológico. Deles, face às perguntas colocadas, à metodologia usada e às interpretações avançadas, resultará o campo, o caminho, a aldeia e o modo de vida que compõem a paisagem e restituem a História do último milénio das comunidades. Esta paisagem que integra, sob a forma de registo fóssil ou vivo e reinterpretado, o registo que ficou dos milénios anteriores.

Esta análise da paisagem contemporânea, trazida para a luz da abordagem arqueológica e patrimonial, permite também que não continuemos a deixar, por desadequação conceptual ou metodológica, o filme a meio, abandonando a sala antes do epílogo.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, F. (2011) — *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70.

DGOTU (2004) — *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Lisboa: DGOTDU.

FORMAN, R.T.T. (1995) — *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

FOWLER, J.P. (2003) — World Heritage Cultural Landscapes 1992 – 2002, *World Heritage Papers*, 6, UNESCO World Heritage Centre.

MARROU, H.I. (1975) — *Do Conhecimento Histórico*, 4ª edição, Lisboa: Editorial Aster.

MEITZEN, A. (1895) — *Siedlung Und Agrarwesen Der Westgermanen Und Ostgermanen, Der Kelten, Romer, Finnen Und Slawen*, Berlin.

ROBERTS, B.K (1987) — Landscape Archaeology. In *Landscape and culture: geographical and archaeological perspectives*, Oxford: Basil Blackwell.

UNESCO (2008) — *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial* [Consult. 30 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <<http://whc.unesco.org/archive/op-guide08-pt.pdf>>.

WATTEAUX, M. (2002) — *La résilience des réseaux de forme et la chronologie archéologie*, Paris: Université Paris I. (Mémoire de DEA, 2 vols.). Disponível em WWW: <<http://www.archeo-geographie.org/index.php?rub=bibli/ouvrages>>.